



RECEBEMOS	
Data 10/03/10	Hora 17:30
Assinatura: <i>P. S. Silva</i>	
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



**Excelentíssimo Senhor
Laurindo Cesa
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco**

Os Vereadores infra-assinados Guto Silva – DEM e Claudemir Zanco – PPS, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário e solicita apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 43/2010

“Dispõe sobre a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental, e dá outras providências”

Art. 1º Fica incluído, na grade curricular do ensino fundamental, conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente nas disciplinas.

§ 1º O conteúdo a ser ministrado nas disciplinas referidas no *caput* deste artigo deverá ter como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 2º O Poder Público Municipal deverá observar a produção e distribuição de material didático adequado.

Art. 2º O Executivo deverá realizar curso de capacitação para os professores da rede municipal de ensino.


§ 1º Promover oficinas, rodas de diálogo e passeios-estudo sobre temas ligados ao acesso à justiça, educação, cultura, esporte e lazer e à proteção à criança e ao adolescente, seus direitos e deveres, com alunos matriculados escolas municipais.

§ 2º Para atender o que trata este artigo o Município deverá criar uma comissão auxiliar entre Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público e Conselho da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 08 de Março de 2010


**Guto Silva – DEM
Vereador**


**Claudemir Zanco – PPS
Vereador**



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa institucionalizar na rede de ensino municipal o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (§ 5º do art. 32), com redação dada pela Lei nº 11.525 de 2007, que obriga a inclusão, no currículo do ensino fundamental, de conteúdos que tratem dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

O projeto tem como objetivo tornar o Estatuto mais conhecido e melhor compreendido pela sociedade. O ECA é um instrumento de garantia de direitos que, portanto, gera deveres e responsabilidades, tanto para crianças e adolescentes.

Por tratar-se de uma faixa etária com condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, é dever do estado a promoção de educação que objetiva capacitação de qualquer ser humano ao desenvolvimento pleno. Para isso, a escolarização é obrigatória e deve ser capaz de formar para a cidadania.

O ECA é a tradução brasileira dos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU, de 1959, que em seu artigo 7º, diz que a “criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade”.

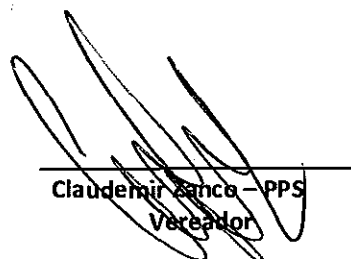
Para que essa asserção seja levada a efeito, a criança e o adolescente devem ter acesso a todas as informações possíveis acerca de seus direitos, e a escola é um dos principais locais para que isso ocorra.

É fundamental que a educação para o exercício de direitos comece cedo, o que certamente contribui para a consolidação da cidadania dessas crianças e adolescentes, que poderão compreender, apreender e disseminar os direitos de crianças e adolescentes, exigindo-os a quem compete a sua efetivação.

No que diz respeito ao projeto político-pedagógico das escolas, garantir a transversalidade do tema no currículo e projetos garantirá que se promova o debate crítico nas diversas disciplinas, como português, ciências, história, inserindo o universo do direito no dia-a-dia das crianças, adolescentes, professores e familiares.

Pato Branco, 08 de Março de 2010


Guto Silva – DEM
Vereador


Claudemir Zanco – PPS
Vereador



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Ao Excelentíssimo Senhor Laurindo Cesa
Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco

Pato Branco, 12 de março de 2010.

PARECER JURÍDICO **Projeto de Lei nº 43/2010**

Os insígnies vereadores Luiz Augusto Silva e Claudemir Zanco apresentaram o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade incluir uma disciplina na grade curricular do ensino fundamental que trate de direitos das crianças e adolescentes.

Fundamenta, em Justificativa, que o projeto visa atender ao disposto no art. 32, §5º, da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, com redação dada pela recente Lei nº 11.525/2007.

É o resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

A Lei nº 11.274/2006 fez uma minirreforma na Lei de Diretrizes Básicas da Educação, notadamente no que tange ao ensino fundamental obrigatório, que, dentre algumas as mudanças, alongou-se o seu período de duração, passando de 08 anos para 09 anos. É o que se vê da redação do art. 32, da Lei nº 9.394/1996:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [...]

Em seguida, como complementação da aludida minirreforma, a Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007 incluiu o parágrafo 5º, ao art. 32, determinando a obrigatoriedade da inclusão no currículo do ensino fundamental de conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente, como se vê da redação do novel dispositivo:

Art. 32 [...]

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo

Rua Araribóia, 491 - Caixa Postal, 111 – 85505-030 – Pato Branco - PR
Telefax: (46) 3224-2243 - www.camarapatobranco.com.br



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado

Vê-se, pois, que a lei base da educação nacional já determinou a obrigatoriedade da disciplina sobre direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental.

E é justamente esse o propósito da lei objeto do projeto em testilha.

Portanto, maiores digressões a respeito da legalidade e/ou constitucionalidade da lei seriam desnecessárias.

Contudo, antes da votação em plenário pelos nobres vereadores, recomenda-se a uma das Comissões permanentes desta Casa que officie a Secretaria Municipal da Educação, para que traga informações a respeito do cumprimento da determinação na Lei Federal nº 9.394/1996, especialmente no dispositivo em questão, qual seja, o art. 32, §5º.

Sobrevindo resposta da Secretaria, acreditamos que o projeto estará em melhores condições para discussão e votação, até por que a matéria objeto do projeto já é contemplada pela legislação federal.

É o parecer.

Luciano Beltrame
Procurador Legislativo

José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



GABINETE VERADORA ARILDE LONGHI

Excelentíssimo Senhor
Laurindo Cesa
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

A vereadora infra-assinada, **Arlide Terezinha Brum Longhi** – PRB da Comissão de Justiça e Redação, relatora do **Projeto de Lei nº 43/2010**, de 10 de março de 2010, cópia em anexo, de autoria dos Vereadores **Luiz Augusto Silva** – DEM e **Claudemir Zanco** – PPS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja solicitado ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer **ALCIDES BENATTO**, da viabilidade da inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente no currículo escolar, da rede municipal de ensino.

Fundamenta, em Justificativa, que o projeto visa atender ao disposto no art. 32, §5º, da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, com redação dada pela recente lei nº 11.525/2007.

A solicitação do parecer do órgão competente se faz necessária, para que posteriormente, o projeto possa seguir sua regimental tramitação.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 23 de março de 2010.

Arlide Terezinha Brum Longhi
Vereadora – PRB

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Protocolo Geral - 24-Mar-2010-15:58-006402-1/1



Prefeitura Municipal de Pato Branco

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Of.32 /2010/SMECEL

Pato Branco, 15 de abril de 2010

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO RR
Protocolo Geral
-27-Abr-2010-15:56-006697-1/2

Sr. Presidente,

Em atendimento ao ofício 110/2010 da Câmara Municipal de Vereadores por solicitação do vereadora Arilde Terezinha Braum Longhi-PRB, que solicita parecer a respeito do projeto de Lei 43/2010, que trata da inclusão de conteúdos sobre os direitos da crianças e adolescentes, esclarecemos que os conteúdos da grade curricular são definidos pelo Ministério da Educação, no entanto direitos e deveres das crianças são trabalhados como conteúdo da Parte Diversificada. Quanto a aprovação do projeto esta Secretaria é de Parecer Favorável, desde que os conteúdos direitos e DEVERES das crianças sejam tratados como temas complementares

Sem mais, subscrevemo-nos.

Respeitosamente

Alcides Benato
Secretário Municipal de Educação,
Cultura, Esporte e Lazer

Excelentíssimo Senhor,
Laurindo Cesa
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Pato Branco-Pr

Recebi 15/04/10
11h15 horas



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



GABINETE DA VERADORA ARILDE LONGHI

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 43/2010

A Comissão de Justiça e Redação reuniu-se para análise ao Projeto de Lei nº 43/2010, dispõe sobre a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental, e dá outras providências. (Tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente).

O ensino e a aprendizagem dos direitos das crianças e dos adolescentes é uma maneira efetiva de fazer as crianças e adolescentes se apropriem do conhecimento sobre seus direitos, além de promover a valorização do Estatuto junto à comunidade escolar, incluindo a família e educadores.

Após análise da matéria a Comissão de Justiça e Redação emitiu **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente Projeto de Lei.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO
Pato Branco, 05 de maio de 2010.

Arilde Terezinha Brum Longhi - PRB

Relatora

Claudemir Zanco - PPS

Presidente

Valmir Tasca - DEM

Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 05-Mai-2010-09:14-000607-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná



Protocolo Geral - 07-Mai-2010-15:31-006814-1/2

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 43/2010

Os Vereadores Luiz Augusto Silva - DEM e Claudemir Zanco - PPS através do Projeto de Lei nº 43/2010, dispõem sobre a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental, e dá outras providências.

O Projeto visa atender ao disposto no art. 32, §5º, da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, com redação dada pela recente Lei nº 11.525/2007.

A Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007 inclui o parágrafo 5º, ao art. 32, determinando a obrigatoriedade da inclusão no currículo do ensino fundamental de conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente, como se vê na redação do dispositivo:

Art. 32 [...]

§ 5º O currículo do ensino fundamental inclua, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos da criança e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Pelo interesse público e pela sua legalidade, após a análise optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 07 de maio de 2010.

Osmar Braun Sobrinho (PR) - Membro

Vilmar Maccari (PDT) - Presidente - Relator

William Cezar Polonio Machado (PMDB) - Membro



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 43/2010

Pretendem os Vereadores Guto Silva – DEM e Claudemir Zanco – PPS, obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis para incluir uma disciplina na grade curricular do ensino fundamental que trate dos direitos das crianças e adolescentes.

Observamos que, o referido Projeto de Lei encontra-se em conformidade com a legislação pertinente, e ressaltamos que a Secretaria de Educação remeteu um parecer favorável a tramitação do referido Projeto de Lei.

Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 24 de Maio de 2010.


Guto Silva (DEM) – RELATOR


Guilherme Sebastião Silverio (PMDB)


Nelson Bertani (PDT)

Protocolo Geral - 25-Mai-2010-08:43-007005-1/1

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



GABINETE DA VERADORA ARILDE LONGHI

Excelentíssimo Senhor
Laurindo Cesa
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

*Retirada a
emenda.*

A vereadora infra-assinada, **Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para apreciação do douto Plenário, da seguinte Emenda Modificativa ao **PROJETO DE LEI Nº 43/2010**, dispõe sobre a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental, e dá outras providências.

2. EMENDA MODIFICATIVA:

*26.05.2010 - Retirada a pedido
da proponente.*

Altera o Art.1º do Projeto de Lei nº 43/2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Fica incluído, no ensino fundamental, conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente como temas complementares.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 26 de maio de 2010.

Arilde Longhi
Arilde Terezinha Brum Longhi
Vereadora – PRB

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 26-Mai-2010-14:51-007016-1/1

Direitos da Criança e do Adolescente serão estudados nas escolas

Lei prevê inclusão de conteúdos que tratem do assunto nas escolas municipais

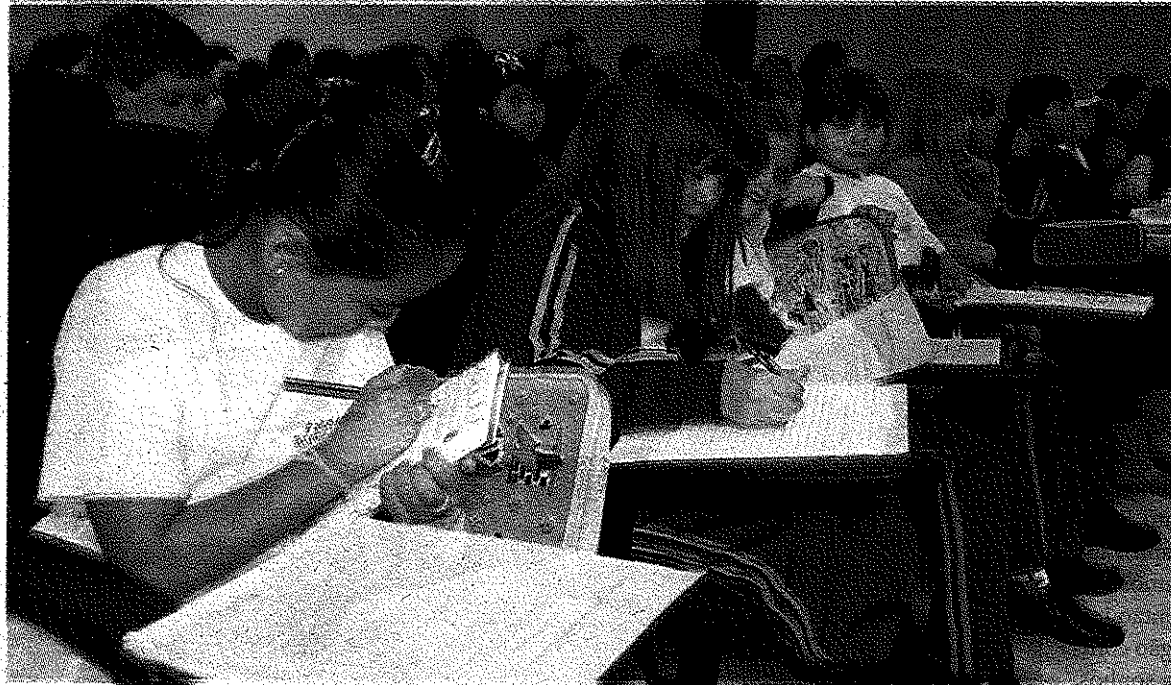
Nelson Junior

Pato Branco – Ainda em agosto, a Câmara Municipal de Pato Branco aprovou por unanimidade, em segunda votação, o projeto de lei nº 43/2010 que prevê a inclusão de conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente na grade curricular do Ensino Fundamental.

O projeto é de autoria do vereador Claudemir Zanco (PPS) e do vereador licenciado Augusto Silva (DEM), e aguarda sanção do prefeito Roberto Viganó para entrar em vigor.

Segundo Zanco, a iniciativa foi elaborada em 2009, e seu intuito é popularizar nas escolas as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Outro propósito da lei seria a necessidade de desmistificar alguns preconceitos decorrentes de interpretações equivocadas do estatuto.

“Muitas pessoas acham que as crianças e os adolescentes têm direito a tudo” diz o vereador, que completa dizendo que o estatuto prevê também deveres. Ele acredita que através dos futuros treina-



Conteúdos serão trabalhados com alunos do Ensino Fundamental

mentos ou aulas ministradas devido à lei municipal, as crianças teriam a oportunidade de conhecer melhor seus direitos e deveres. Os conteúdos previstos na lei nº 43/2010 serão ministrados aos alunos do primeiro ao quarto ano.

A lei nº 43/2010 determina ainda que o município elabore

programas de treinamentos e cursos de capacitação aos professores da rede municipal, além de atividades com os alunos sobre temas ligados ao acesso à Justiça, educação, cultura, esporte e lazer e à proteção à criança e ao adolescente.

Para executar essas ações, a lei prevê a criação de uma comissão

auxiliar entre a Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público e Conselho da Criança e do Adolescente.

Atualidade

De acordo com o secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Pato Branco, Alcides Benato, as-

suntos relacionados aos direitos da criança e do adolescente já são debatidos nas escolas municipais.

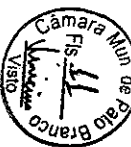
Os conteúdos, segundo Benato, são trabalhados nos chamados temas transversais, que são as atividades que podem ser diversificadas de acordo o planejamento da escola ou da secretaria. “Nestas atividades são trabalhados temas como sexualidade, educação no trânsito, e também direitos das crianças e dos adolescentes” diz o secretário.

Ele diz ainda que a secretaria está estudando as formas de aplicar as determinações da lei, que também serão aplicadas nos temas transversais.

Cada escola, segundo Benato, determina os tipos atividades e as formas como esses temas serão abordados. Ele afirma que todas as medidas de divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente são válidas, pois os pais, alunos e professores precisam conhecer o que estabelece o estatuto.

“Através do estudo do ECA, as crianças teriam a oportunidade de conhecer melhor seus direitos e deveres”, afirma Claudemir Zanco

PUBLICADO	
Journal	<u>Diário do Nordeste</u>
N.º	<u>4975</u> Data <u>08/09/2010</u>
Assinatura <u>Lincoln Pennodun</u>	





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 43/2010

Dispõe sobre a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental, e dá outras providências.

Art. 1º Fica incluído, na grade curricular do ensino fundamental, conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente nas disciplinas.

§ 1º O conteúdo a ser ministrado nas disciplinas referidas no “caput” deste artigo deverá ter como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 2º O Poder Público Municipal deverá observar a produção e distribuição de material didático adequado.

Art. 2º O Executivo deverá realizar curso de capacitação para os professores da rede municipal de ensino.

§ 1º Promover oficinas, rodas de diálogo e passeios-estudo sobre temas ligados ao acesso à justiça, educação, cultura, esporte e lazer e à proteção à criança e ao adolescente, seus direitos e deveres, com alunos matriculados escolas municipais.

§ 2º Para atender o que trata este artigo o Município deverá criar uma comissão auxiliar entre Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público e Conselho da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do projeto de lei nº 43/2010, de autoria dos vereadores Claudemir Zanco – PPS e Luiz Augusto Silva – DEM.

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2010 | ANO XXV | NÚMERO 4977 | EDIÇÃO REGIONAL |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 3.444 DE 8 DE SETEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído, na grade curricular do ensino fundamental, conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente nas disciplinas.

§ 1º O conteúdo a ser ministrado nas disciplinas referidas no "caput" deste artigo deverá ter como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 2º O Poder Público Municipal deverá observar a produção e distribuição de material didático adequado.

Art. 2º O Executivo deverá realizar curso de capacitação para os professores da rede municipal de ensino.

§ 1º Promover oficinas, rodas de diálogo e passeios-estudo sobre temas ligados ao acesso à justiça, educação, cultura, esporte e lazer e à proteção à criança e ao adolescente, seus direitos e deveres, com alunos matriculados escolas municipais.

§ 2º Para atender o que trata este artigo o Município deverá criar uma comissão auxiliar entre Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público e Conselho da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do projeto de lei nº 43/2010, de autoria dos vereadores Claudemir Zanco e Luiz Augusto Silva.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 8 de setembro de 2010.

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 43/2010

RECEBIDO EM: 10 de março de 2010

Nº DO PROJETO: 43/2010

SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes na grade curricular do ensino fundamental, e dá outras providências.
(Tendo como diretriz a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente).

AUTORES: Vereadores Claudemir Zanco – PPS e Luiz Augusto Silva - DEM

LEITURA EM PLENÁRIO: 10 de março de 2010

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 16 de março de 2010

RELATORA: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 6 de maio de 2010

RELATOR: Vilmar Maccari – PDT

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 10 de maio de 2010

RELATOR: Luiz Augusto Silva – DEM

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 26 de maio de 2010

Aprovado com 9 (nove) votos.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Luiz Augusto Silva – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 16 de agosto de 2010

Aprovado com 9 (nove) votos.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Maria Anita Guerra Machado – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 17 de agosto de 2010

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 352/2010

Lei nº 3444, de 8 de setembro de 2010

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 4977, do dia 10 de setembro de 2010